

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

## **I – CONTEXTO OPERACIONAL**

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06 criado pela Lei 5.766/71, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, destinado a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, possui jurisdição em todo o Estado de São Paulo.

Na condição de Autarquia Federal, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e receitas, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal do Brasil. As receitas do CRP-06 constituem tributos para-fiscais e são representados por arrecadação de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, por rendimentos de aplicações financeiras com poupança e em CDB, por recebimentos de emolumentos com inscrições e 2ª via de carteiras, dívida ativa e por fim demais receitas devidamente registradas na execução orçamentária.

## **2 – PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA ÀS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.**

A Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008 e o Decreto nº 6976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deve promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

Em face desse processo de evolução da contabilidade, a STN emitiu Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Portaria 828/2011 da STN, em seu artigo 6º, estipulou que os entes da Federação deverão adotar os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes do Manual da STN – Parte II – gradualmente a partir do exercício de 2012 e, integralmente, até o final do exercício de 2017.

Em face de o anteriormente exposto, este Conselho iniciou o processo de convergência, a partir de Janeiro/2012, em alinhamento com os preceitos dos Manuais da STN.

## **2.2 – PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **2.2.1 – ATIVO CIRCULANTE**

#### **a-) Disponibilidades**

##### **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa é representado pelos saldos das contas Caixa, Banco Conta Movimento, Banco Conta Arrecadação, Bancos Conta Poupança e Banco Conta Aplicação Financeira.

O valor aplicado em caderneta de poupança é demonstrado ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada exercício. O CRP-SP possui também valores em aplicação financeira, modalidades CDB/RDB e fundo de renda fixa, junto ao Banco do Brasil S/A, conforme parecer favorável do TCU COJUR Nº 070/08 de 16.09.2008 sobre a possibilidade da aplicação de recursos financeiros pelos Conselhos de Fiscalização, que apresentam rendimentos superiores aos rendimentos de poupança, nesta atual conjuntura econômica, dependente da taxa de administração negociada junto ao administrador dos títulos e do tempo de permanência do recurso aplicado, fatores estes analisados pelo Regional.

### **2.2.2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS**

*Esta Autarquia vem executando o procedimento contábil da depreciação para os bens adquiridos a partir de 2012, mas os procedimentos relativos à reavaliação e ajuste de mensuração ainda não foram executado, estamos estudando a contratação de uma empresa qualificada para que se faça a reavaliação de nossos bens patrimoniais e assim atendermos a legislação em vigor.*

#### **a) Bens Móveis e Intangíveis**

A partir de 2012 houve mudança na política contábil de contabilização dos Bens Móveis e Intangíveis, para introdução das contas de depreciação e amortização e adoção de valor residual, atendendo as novas Normas Contábeis.

#### **b) Ativos Contingentes, Provisões e Passivos Contingentes.**

Em alinhamento com as novas Normas Contábeis, houve mudança na contabilização das contas de: Créditos por Danos ao Patrimônio e Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas a Longo Prazo. A primeira deixou de ser considerada como um direito líquido e certo e enquadrou-se como Ativo contingente.

### **2.2.3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T.16), os Manuais de Contabilidade da STN Aplicadas ao Setor Público e o Manual de Normas e Procedimentos, Administrativos, Financeiros e Contábeis instituídos pela Resolução CFP 010/2007.

#### **2.2.4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário do CRP-06 demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. No que tange as receitas são apresentadas as receitas realizadas, as previsões iniciais e atualizadas, bem como o saldo decorrente da diferença entre a previsão atualizada e as receitas realizadas. Pelo lado das despesas, o balanço evidencia as dotações iniciais e atualizadas, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, bem como o saldo decorrente da diferença entre as dotações atualizadas e os valores empenhados.

O Resultado Orçamentário, do Exercício de 2017 foi de R\$ 3.590.982,94 (Superávit) Orçamentário, resultado este obtido através da diferença entre o total das receitas realizadas no ano de 2017 no valor de R\$ 36.666.661,55 menos o total das despesas pagas no ano de 2017 no valor de R\$ 32.020.979,43.

#### **2.2.5 – BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

O resultado do Balanço Patrimonial do exercício de 2017 foi de: Ativo Financeiro no valor de R\$ 18.389.230,76 com um Ativo Permanente no valor de R\$ 16.492.140,70 em contra partida um Passivo Financeiro no valor de R\$2.443.979,64, com um Passivo Permanente no valor de R\$ 364.816,02, feito a apuração entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro obtivemos um Superávit Financeiro no valor de **R\$ 15.945.251,12**.

#### **2.2.5 – BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício atual e anterior.

Em 2017, os ingressos orçamentários corresponderam à receita realizada pelo montante de R\$ 36.666.661,55 e os ingressos extraorçamentários de R\$ 22.197.411,91, que somados com o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 13.963.815,69), totalizara um valor de R\$ 72.827.889,15. Em contrapartida, a despesa orçamentária liquidada atingiu a cifra de R\$ 33.075.678,61 e as despesas extraorçamentárias R\$ 21.55.723,80, que somados com o saldo em espécie que passa para o exercício seguinte (R\$ 18.200.486,74) totaliza, também, R\$ 72.827.889,15. O Resultado do Balanço Financeiro deste ano de 2017, apresentou um **Superávit de R\$ 3.590.982,94**.

## 2.2.6 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP demonstra as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no Exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício.

Em 2017, o resultado patrimonial apurado, decorrente da diferença entre as variações aumentativas e diminutivas, foi um **Superávit de R\$ 3.201.042,74**. Na DVP, as variações aumentativas somaram R\$ 36.666.661,55 e as variações diminutivas foram de R\$ 33.465.618,81.

## 2.2.7 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa demonstra os ingressos e desembolsos, recebimentos extraorçamentários e pagamentos extraorçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie do exercício, atual fluxo de caixa líquido das atividades das operações e o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos.

Em 2017, os ingressos orçamentários correspondem à receita realizada pelo montante de R\$ 36.666.661,55 e os recebimentos extraorçamentários de R\$ 21.157.521,38, que em contrapartida, os desembolsos pelo montante de R\$ 31.831.085,53 e os pagamentos extraorçamentários pelo montante de R\$ 21.589.412,05 liquidada.

O fluxo de caixa líquido das atividades das operações do ano de 2017 teve um saldo de R\$ 4.403.685,35 em contrapartida o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos pelo saldo de R\$ 189.893,90, gerando assim um **Superávit de R\$ 4.213.791,45** na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2017.

## 2.2.8 – CREDITOS A CURTO PRAZO

O grupo Créditos a Curto Prazo corresponde aos créditos tributários / contribuições a receber (anuidades PF e PJ) do Exercício corrente e à Dívida Ativa tributária decorrente das anuidades. Também está constituída a Provisão para Perdas de Créditos Tributários, em atendimento às novas normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Optamos por transferir o saldo de provisão de créditos a curto prazo no valor de R\$ 6.805.422,15 do exercício de 2016 para provisões de créditos a longo prazo PF e PJ, pois já é sabido que não receberemos a curto prazo e também para esse ano de 2017 orçamos esses créditos tributários nas contas a longo prazo

## 2.2.9 – DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO

O grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto, dentre outros valores de menor representatividade, por valores repassados aos empregados do CRP-06 a título de, adiantamento por motivo de salários, férias, auxílio doença, 13º salário, vale transporte, vale refeição, lançamentos na conta de tributos a recuperar/ compensar, créditos a receber por descentralização da prestação de serviços públicos, entidades públicas devedoras, depósitos restituíveis e valores vinculados, estoque .

Conforme abaixo composto:

<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>R\$ 570.539,58</b>
Adiamento de férias	R\$ 95.217,29
Adiantamento de Auxílio Doença	R\$ 2.583,00
Adiantamento de Vale Transporte	R\$ 9.681,39
Adiantamento de Vale Refeição/ Vale Alimentação	R\$ 78.800,78
Devedores Diversos	R\$ 1.263,76
I.N.S.S. s Salário Maternidade	R\$ 1.197,75
Depósito restituíveis e valores Vinculados	R\$ 130.953,12
Estoque	R\$ 250.842,49

### 3 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo realizável a longo prazo é composto por Créditos a Longo Prazo (Dívida Ativa), Demais Créditos a Longo Prazo e (Provisões para riscos trabalhistas a longo prazo). a partir do Exercício de 2012, para atender as novas regras da Contabilidade Pública, passou a reconhecer a Dívida Ativa em longo prazo, bem como a Provisão para Perdas destas Dívidas Ativas de Longo Prazo. Importante informar que a inscrição de débitos de Anuidade – PF e PJ – em Dívida Ativa Executiva está vinculada ao ajuizamento de ação para cobrança judicial e que a cobrança dos valores, tanto em Dívida Ativa Administrativa quanto Executiva, é feita pelo Setor jurídico, responsável pela negociação dos débitos junto às(aos) Profissionais e Entidades inscritos no CRP-06. A seguir, demonstramos os valores inscritos em Dívida Ativa Administrativa e Dívida Ativa Executiva, tanto para Pessoa Física quanto para Pessoa Jurídica, desde o Exercício de 1.978 até o Exercício de 2.015

a1-) É composto por valores a seguir demonstrados:

<b>1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	
1.2.1.1.2.01 – Anuidades de exercícios anteriores	R\$ 27.563.411,31
1.2.1.1.2.05 – Parcelamentos de arrecadação de anuidades – Anos anteriores	R\$ 6.461.158,59
1.2.1.1.3.01.01 - Devedores de anuidades executas em Dívida Ativa em fase Administrativas.:	R\$ 11.753.890,93
1.2.1.1.3.01.02 - Devedores de anuidades executas em Dívida Ativa em fase Executiva ( cobrança Judicial)	-R\$ 32.589.360,83
1.2.1.1.6.01.01 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Administrativa a longo prazo	-R\$ 1.373.681,75
1.2.1.1.6.01.02 - (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Executiva a longo prazo	R\$ 27.563.411,31
<b>CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>R\$ 11.815.418,25</b>

c-) IMOBILIZADO

O imobilizado é composto dos Bens Móveis e Imóveis, sujeitos à depreciação. E o Intangível é composto por softwares, sujeito, parcialmente à amortização.

Segue abaixo quadro consolidado dos Bens Móveis (itens 1 a 3), Bens Imóveis (4 e 6), Depreciação Acumulada de Bens Móveis (7 a 9), Depreciação Acumulada de Bens Imóveis (10 a 11), Intangíveis (12) e (13) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis.

ITENS	VALOR EM 31/12/2016	VALOR EM 31/12/2017
1. Equipamentos de Informática.	R\$ 1.024.624,56	R\$ 1.098.290,91
2. Mobiliário em Geral e Utens.	R\$ 1.056.250,66	R\$ 1.084.290,15
3. Máquinas, Motores e Apar.	R\$ 644.461,80	R\$ 649.360,96
4. Edifícios	R\$ 4.342.142,32	R\$ 5.137.073,50
5. Benfeitorias	R\$ 1.348.026,85	R\$ 1.362.751,85
7. Depreciação Acumulada de Mobiliário em Geral	(R\$ 538.842,78 )	(R\$ 646.049,83 )
8. Depreciação Acumulada de Máquinas, Motores e Aparelhos	(R\$ 311.847,46)	(R\$ 342.760,62)
9. Depreciação Acumulada de Equipamentos de Informática	(R\$ 609.853,48)	(R\$ 682.682,76)
10. Depreciação Acumulada de Edifícios	(R\$ 2.663.044,68)	(R\$ 2.891.163,83)
11. Depreciação Acumulada de Benfeitorias	(R\$ 336.294,81)	(R\$ 422.834,75)
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>R\$ 4.837.754,16</b>	<b>R\$ 4.346.275,58</b>
12. Softwares e Lic. de uso	R\$ 165.851,20	R\$ 195.644,50
13. Amortização Acumulada - Softwares	(R\$ 93.297,23 )	(R\$ 116.040,12 )
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>R\$ 72.553,97</b>	<b>R\$ 79.604,38</b>

### c.1) – Baixa de Bens Móveis

Em 2017 foi realizada a baixa de Bens Móveis no valor de R\$ 13.061,76 e as doações foram para as entidades: Dialogare do Município de Lorena inscrito no CNPJ n.º 12.257.786/0001-20, Associação de Assistência a Criança Deficiente inscrito no CNPJ n.º 10.381.764/0001-28.

Conforme atribuição da Comissão de Inventário, esses bens foram considerados inservíveis por estarem obsoletos pelo tempo de utilização, por seu estado desgastado, irrecuperável e inaproveitável nesta entidade, pois, também não há como leiloá-los, em virtude do leilão necessitar de um leiloeiro oficial cuja taxa é de 5% e os bens não possuem valores representativos que atraiam um leiloeiro.

### c.2) – Método de Depreciação

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, desde janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de depreciação é o de Cotas Constantes. Seguem os parâmetros obtidos com base em tabela extraída do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e que foram aplicados no CRP-06:

#### A) - Mobiliário

A.1) Vida útil: 10 Anos

A.2) Depreciação mensal de 10/12%

A.3) Depreciação acumulada no ano de 2017: R\$ 110.722,13

#### B) - Máquinas e Motores

B.1) Vida útil: 10 anos

B.2) Depreciação mensal de 10/12%

B.3) Depreciação acumulada no ano de 2017: R\$ 37.340,00

#### C) - Computadores e Periféricos

C.1) Vida útil: 5 anos

C.2) Depreciação mensal de 20/12%

C.3) Depreciação acumulada no ano de 2016: R\$ 75.493,95

#### D) - Bens Imóveis

Em relação aos Bens Imóveis, estes não sofreram atualização no exercício de 2016

<b>RELAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CRP-SP 2016</b>		
<b>Conta:1.2.3.1.01 - Edifícios</b>		
<b>Local</b>	<b>Endereço</b>	<b>Valor (R\$)</b>
São Paulo – Sede	Rua Arruda Alvim , 89 - Jd. América	1.630.571,90
Assis – Subsede de Assis	Rua Osvaldo Cruz, 47	60.000,00
Bauru – Subsede de Bauru	Rua Albino Tambara, 5 – 28	75.000,00
Campinas –Subsede de Campinas	Rua Frei Manoel da Ressurreição, 1.251	110.000,00
Rib. Preto - Subsede de Rib. Preto	Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168	8814.931,18
Santos - Subsede da Baixa Santista	Rua Cesário Bastos, 26	235.000,00
Santo André - Subsede Grande ABC	Rua Almirante Tamandaré, 426 quadra 33	250.000,00
S.J.Rio Preto – Subsede de S.J.R.P	Rua Coronel Spinola Castro, 22	265.000,00
Taubaté – Subsede Vale do Paraíba	Rua Nancy Guisard Kehier, 28	130.000,00
São Paulo – Subsede Metropolitana	Rua Oscar Freire, 1.800/1.8002	902.000,00
Sorocaba – Subsede Sorocaba	Cidade de Sorocaba	597.570,42
<b>Total</b>		<b>5.137.073,50</b>

#### E) – Bens Intangíveis

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, a partir de janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de amortização é o de cotas constantes para os bens intangíveis de vida útil definida.

Seguem os parâmetros de amortização e a tabela dos Intangíveis, decorrentes de avaliação procedida:

- A) Amortização Concluída no exercício de 2017: R\$ 22.742,89
- B) Vida Útil definida
- C) Vida útil: até Dez/2017
- D) Valor total Contábil Bruto em 31/12/2017: R\$ 93.297,23
- E) Amortização acumulada no ano de 2016: R\$ 116.040,12

O CRP-06 contratou seguro contra roubo, incêndio e danos para a sede e subsedes de modo a preservar o seu patrimônio em caso de ocorrência de algum sinistro será ressarcido pela Seguradora.

#### 4) **PASSIVO CIRCULANTE**

O Passivo Circulante é composto por obrigações trabalhistas a pagar a curto prazo, despesas com fornecedores já liquidadas (restos a pagar processados), obrigações fiscais a curto prazo (retenções de impostos a recolher), obrigações de repartição a outros entes (cota parte a transferir ao Conselho Federal), provisões a curto prazo (provisões para férias) e demais obrigações a curto prazo (depósitos de diversas origens).

Destacamos os restos a pagar do exercício corrente que ficou em **R\$ 1.054.699,18**

#### 4.1) **PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**

O Passivo Não-Circulante é composto por provisões a longo prazo, quais sejam, riscos cíveis e trabalhistas.

#### 4.1.2) **RESULTADOS ACUMULADOS (Patrimônio Líquido)**

Os Resultados acumulados de anos anteriores no valor de R\$ 32.072.575,80 menos o saldo acumulados do exercício corrente no valor de R\$ 32.497.378,27 decorrem: do Superávit do Exercício **R\$ 424.802,47**.

#### 5-) **Reserva de Fundo de Contingência**

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região mantém como reserva de contingência no valor de **R\$ 1.031.123,10** que está adequado para atender prováveis perdas trabalhistas e ou ações cíveis.

#### 6) **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O CRP-06 é auditado periodicamente por empresa de auditoria (independente), contratada pelo Conselho Federal de Psicologia, momento em que se verifica a exatidão e veracidade das informações e obediência da legislação nos atos e fatos praticados pelos gestores do Conselho Regional Psicologia – 6ª Região, bem como os controles internos e guarda do patrimônio da Entidade. O último relatório circunstanciado dos auditores independentes datado de 14 de julho de 2017 é referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e os aspectos abordados no mencionado relatório, foram devidamente respondidos pela Diretoria atual e encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia.

São Paulo, SP, em 31 de dezembro de 2017.